

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 1 DE OUTUBRO DE 1981

Projeto permitiria a construção de mais 512 blocos residenciais

A criação de mais quatro projeções em cada uma das 128 superquadras do Plano Piloto está sendo apontada como a verdadeira finalidade do Projeto de Desafetação de áreas de uso comum do povo do Distrito Federal, projeto este já em tramitação na Câmara Federal. Desta forma, seriam lançados no mercado imobiliário mais 512 blocos residenciais, distribuídos nessas novas projeções.

A denúncia, feita ontem pelo deputado Aluizio Bezerra, do PMDB do Acre, dá conta de toda uma trama que modificaria completamente o plano original da cidade, reduzindo sensivelmente suas áreas verdes e cujo fecho seria exatamente a aprovação do projeto de desafetação, sob número 4937/81, do Governo do Distrito Federal.

PLANOS

Aluizio Bezerra há quase um mês vem pesquisando o assunto e garante que assim que tiver em mãos os dados concretos sobre o projeto de construção

de mais blocos nas superquadras (o número no plano original é de 11 blocos em cada superquadra) dará oportunidade para que o Governo apresente sua justificativa, em debate público com a presença de entidades representativas, como o Instituto dos Arquitetos do Brasil e Ordem dos Advogados.

O plano, segundo o deputado, começou a ser feito há muito tempo e a construção de mais um bloco na 412 Sul teria sido um balão de ensaio. Apesar das denúncias e protestos na época, o bloco está lá, e ninguém mais fala nele, diz o parlamentar. Ele cita o que considera itens demasiadamente coincidentes para provar que está no caminho certo.

Depois da construção do bloco na 412, e embora o GDF ainda não tenha confirmado, sabe-se que já fez um contrato, no valor de um milhão e 200 mil cruzeiros, com Lúcio Costa, o idealizador do Plano Piloto, para exercer o cargo de consultor especial das se-

cretarias de Serviços Públicos e Viação e Obras, diz o parlamentar.

Também entre as coincidências, explica Aluizio Bezerra, estaria a já anunciada vinda para Brasília da incorporadora Sérgio Dourado, uma das mais poderosas do Rio de Janeiro, exatamente numa época em que o mercado imobiliário da capital queixa-se da falta de projeções e quando o governo cessou a transferência para Brasília de órgãos públicos ainda sediados no Rio, sob alegação de que a cidade já não tem condições de abrigar novos funcionários.

DESAFETAÇÃO

Assim, o quadro estaria completo. Definida a construção de blocos não previstos no plano original, contando com o trabalho de Lúcio Costa e Sérgio Dourado, o governo precisaria, argumenta o deputado, apenas de um meio para dispor de área sem que, a cada projeção, fosse obrigado a ter aprovação do Legislativo. E o meio en-

contrado para isso, denuncia há dois meses o advogado Osmar Alves de Mello, foi o projeto de desafetação de áreas de uso comum do povo do Distrito Federal.

E esta intenção, segundo denuncia o advogado na época, estaria exatamente no artigo 2.º do projeto, onde fica estabelecido que os bens desafetados poderão ser alienados à União e às entidades de sua administração indireta e as do Distrito Federal. "Fica claro" — lembra Osmar Alves — "que tais bens podem ser alienados à Terracap, cuja função é vender terrenos".

Aprovado da forma como está redigido, o projeto permitiria ao governo passar à Terracap área suficiente para novas projeções. Aluizio Bezerra diz estranhar quando porta-vozes do governo lembram que em Brasília ainda existem muitas áreas que podem ser ocupadas. "Infelizmente eles poderão até construir blocos de fundos para os blocos já construídos.



Este bloco foi construído depois da quadra totalmente concluída e ocupou o lugar de um tanque de areia e da pista de acesso ao estacionamento